

TESOUROS DO
MORRO DO CASTELO

Carlos Kessel



TESOUROS DO MORRO DO CASTELO

Mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro

 **ZAHAR**
Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Copyright © 2008, Carlos Kessel

Copyright desta edição © 2008:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua México 31 sobreloja

20031-144 Rio de Janeiro, RJ

tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800

e-mail: jze@zahar.com.br

site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Projeto gráfico e composição: Mari Taboada

Capa: Miriam Lerner

(entra ficha catalográfica)

Um dia, por exemplo, acordou com o plano de arrasar o morro do Castelo, a troco das riquezas que os jesuítas ali deixaram, segundo o povo crê.

☞ MACHADO DE ASSIS,
“O anel de Polícrates”

Sumário

<i>Introdução</i>	9
Os JESUÍTAS	13
AS BUSCAS DO VICE-REI	23
MÉDICOS E ENGENHEIROS	31
COBIÇA FURTIVA	43
O ENCONTRO	61
OS ÚLTIMOS ANOS	73
O FIM	81
EPÍLOGO	93
<i>Notas</i>	95
<i>Leituras Recomendadas</i>	98
<i>Bibliografia</i>	100
<i>Créditos Iconográficos</i>	102
<i>Agradecimentos</i>	103



Introdução

Há alguns anos tive a oportunidade de examinar documentos que evocavam uma história tão estranha quanto triste. Uns tantos bilhetes e um manuscrito de 1863, reunidos numa pasta depositada no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contavam a pequena epopéia de Nominato José de Assis, que se declarava “desempregado e em uma situação embaraçosa, lutando com dificuldades” e tentava ser recebido pelo marquês de Olinda para ver se conseguia o que ele definia como “um emprego decente”.

Se o pedido não causava surpresa, a alternativa proposta ao marquês, então presidente do Conselho, atraiu imediatamente a minha atenção: Nominato lhe solicitava que intervisse junto ao governo do Império a fim de conseguir uma concessão para desenvolver escavações no morro do Castelo, com o objetivo de chegar aos “espaçosos subterrâneos, grandes salas, longos corredores, vastas galerias em diversas direções e profundidades” onde se esconderiam, desde o século XVIII, ricos tesouros ocultos pelos jesuítas.

Nominato concluía o seu arazoado argumentando que o negócio seria bom para o Estado, porque, caso não fosse aceito, “uma insignificante parte seria descoberta na ocasião da desmoronação do morro ... e a quase totalidade ficaria oculta a todas as vistas, e ali jazeria para sempre inútil”.

Não era a primeira vez que eu encontrava vestígios dos tesouros do morro do Castelo, citados por todos os antigos memoria-listas do Rio de Janeiro, mas o toque pessoal, revelado na história de vida de Nominato, foi uma revelação. Ali estava um advogado mineiro, caído em desgraça na Corte por ter sido acometido pelo que ele chamava de “febre cerebral”, e que juntava ao apelo de ajuda ao poderoso marquês um detalhado pedido de concessão, talvez na esperança de despertar-lhe a atenção ou a cobiça, de furar a barreira do protocolo, ser recebido, ouvido e finalmente atendido com uma colocação na burocracia do Estado...

Se Nominato estava ou não louco, se realmente acreditava na existência dos tesouros, nada disso é muito importante. O que é revelada, e enriquecida por outros episódios que fui recolhendo a partir de então, é a existência de uma crença difusa, compartilhada pela população do Rio de Janeiro durante quase duzentos anos, que tinha como artigo de fé a existência dos tesouros dos jesuítas ainda aguardando, em salões e galerias subterrâneos do morro do Castelo, quem os viesse resgatar.

Crenças em tesouros não eram exclusividade carioca, sendo comuns pelo Brasil afora e em vários países da Europa. Keith Thomas, em *Religião e o declínio da magia*, referindo-se à prática inglesa de recorrer a magos, astrólogos e adivinhos para encontrar tesouros enterrados, freqüente nos séculos XVI e XVII, diz que

a suposição de que o país estava lotado de tesouros escondidos pode parecer uma das mais bizarras ilusões da época, mas é de se lembrar que, na falta de um sistema de depósitos bancários, a possibilidade de topar com um tesouro escondido não era absolutamente quimérica

... na mitologia popular, o tesouro tinha maiores possibilidades de se encontrar em algum esconderijo convencional, por exemplo as ruínas de um mosteiro ou um castelo. Particularmente preferidos eram os morros ou outeiros

A súbita expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, certamente alimentou a esperança de que, na pressa da fuga, a opulenta ordem houvesse deixado para trás as riquezas entesouradas. E que lugar melhor, no Rio de Janeiro, do que o morro do Castelo, uma colina onde os padres tinham a sua sede administrativa, o seu templo e o seu colégio, vizinhos a fortalezas e baluartes?

Não surpreende que a conjectura não se limitasse à gente crédula ou ignorante: engenheiros, homens de letras, advogados e médicos acreditavam na presença de arcas e estátuas de ouro, discorriam sobre a sua localização, desenhavam mapas, analisavam a autenticidade de antigos manuscritos e requeriam concessões para escavar o morro, deixando por toda parte — em arquivos, bibliotecas e anais parlamentares — um rico conjunto de documentos inéditos que lentamente fui recolhendo e que me proponho a divulgar e analisar neste livro.

É um acervo heterogêneo, em que as fronteiras entre a documentação autêntica e as falsificações, entre a reportagem e a ficção folhetinesca se confundem. E é oportuno que assim seja, pois a minha intenção não foi a de estabelecer a veracidade das alegações e lendas, mas a de lançar luz sobre uma parte obscura do imaginário da cidade e contribuir para o conhecimento de um aspecto pouco divulgado da história do Rio de Janeiro. Assim, mais do que procurar tesouros, eu quis encontrar os que neles acreditavam...

Nesse percurso, resisti à tentação de me aprofundar no episódio do arrasamento do morro do Castelo, que considero extremamente interessante, mas suficientemente tratado nas dissertações de mes-trado recentes (entre as quais se inclui a minha) que se dedicaram ao tema. O que eu acompanhei foi o rastro fascinante do ouro e

da cobiça, por vezes se mostrando abertamente, por vezes oculto e envergonhado. Considero-me recompensado.

Quanto a Nominato, de cuja existência não encontrei mais vestígios seguros, espero sinceramente que, se não descobriu os tesouros do morro do Castelo, tenha ao menos conseguido o emprego que pedia.

OS JESUÍTAS



As grandes riquezas deixadas no Castelo pelos jesuítas foram uma das minhas crenças da meninice e da mocidade... Perdi saúde, ilusões, amigos e até dinheiro; mas a crença nos tesouros do Castelo não a perdi. Imaginei a chegada da ordem que expulsava os jesuítas. Os padres do colégio não tinham tempo nem meios de levar as riquezas consigo; depressa, ao subterrâneo, venham os ricos cálices de prata, os cofres de brilhantes, safiras, corais, as dobras e os dobrões, os vastos sacos cheios de moeda, cem, duzentos, quinhentos sacos. Puxa, puxa este santo Inácio de ouro maciço, com olhos de brilhantes, dentes de pérolas; toca a esconder, a guardar, a fechar...

MACHADO DE ASSIS¹

As reminiscências de Machado de Assis materializam, em poucas linhas, uma imagem que freqüentou os sonhos e as esperanças dos cariocas e perdurou por quase dois séculos no imaginário da cidade. Os tesouros do morro do Castelo passaram da categoria de símbolos da opulência jesuítica a objetos de cobiça da Coroa portuguesa e a mito dourado que se confundia com as origens do próprio Rio de Janeiro, certamente devendo parte da sua notoriedade a um fator geográfico único: ao invés de localizarem-se em algum sítio distante, ou de se fazerem presentes somente através da mediação de algum mapa fragmentado e amarelecido, adquiriram a solidez e

a presença inescapável da montanha que os abrigava, o venerando morro do Castelo, que se erguia no centro da cidade e cuja silhueta era parte do cotidiano de seus habitantes.

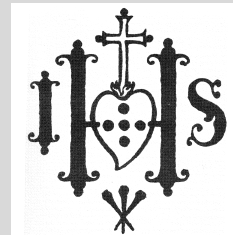
Acompanhar a origem e as peripécias das riquezas evocadas por Machado de Assis é debruçar-se obrigatoriamente sobre a gênese da cidade do Rio de Janeiro, transferida para o alto do morro do Castelo em 1567, dois anos após a sua fundação e na seqüência da vitória de Estácio e Mem de Sá contra os franceses, com o apoio e a presença da então jovem Companhia de Jesus, na figura dos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Este último se tornaria o primeiro reitor do colégio de pedra e cal que a Companhia começaria a erguer no mesmo ano, nos altos da colina. O terreno era parte das extensas sesmarias concedidas aos jesuítas na cidade e em suas cercanias, e logo passaria a abrigar também uma igreja, sob a proteção de santo Inácio de Loyola.

“Esta terra é nossa empresa” era o dístico quinhentista que uniu Estácio e Nóbrega.² E à empresa de catequização que espalharia pelo século XVI afora os aldeamentos indígenas dirigidos pelos jesuítas se juntaram, em número crescente, canaviais, olarias e culturas várias que durante o século seguinte não cessaram de crescer e prosperar em São Cristóvão, Inhaúma, nos Engenhos Novo e Velho, em Santa Cruz, Andaraí, Macacu; e, se expandindo pelos sertões, alcançaram os afluentes do Prata e do Amazonas.

Tanta terra, tantos índios, tantos rebanhos trouxeram à Companhia de Jesus uma prosperidade inaudita. No Rio de Janeiro, a igreja e o colégio no Castelo eram o centro espiritual e administrativo da prestigiada ordem, repositório das riquezas, contabilizadas e enviadas para os navios do embarcadouro fronteiro — apelidado de Porto dos Padres da Companhia — em arcas repletas destinadas a Lisboa, Madri e Roma. É ali, içados por um tosco guindaste, que chegam as mudas de plantas, os livros e os rudes instrumentos que

Os jesuítas

A Companhia de Jesus, ordem religiosa católica fundada por Inácio de Loyola em 1534, teve grande importância no Brasil Colônia, estando presente, através de dois de seus maiores expoentes — José de Anchieta e Manoel da Nóbrega — na fundação de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os jesuítas se destacaram pela dedicação à educação dos índios, parte da estratégia de catequização, e pela posição contrária à sua escravização, o que os opôs aos interesses dos colonos. Sua íntima relação com a monarquia portuguesa garantiu que recebessem grandes extensões de terra, e as propriedades jesuíticas prosperaram através do trabalho dos índios cristianizados. Sua organização em estilo militar era revelada já pelo próprio nome, Companhia de Jesus, e se manifestava na administração centralizada e hierárquica, a nível mundial. Os jesuítas espalharam dezenas de colégios pelo Brasil, sendo o mais importante o que se localizava no alto do morro do Castelo, que abrigava também a entrada para o sistema de galerias subterrâneas que se estendiam sob a colina.



O padre José de Anchieta, um dos mais importantes membros da Companhia de Jesus, e o brasão da Ordem.

transformam os jesuítas em pioneiros do ensino, da medicina e da agricultura na terra carioca. E é também onde se refugiam os padres em 1640 quando a população, revoltada com a bula papal que decretou a excomunhão de quem escravizasse indígenas, culpa a influência jesuítica e procura vingança.³

Entretanto, com o passar das décadas, a paisagem e o entorno foram se modificando. Elevando-se a uma altura de 63 metros, o morro do Castelo ocupava uma área de 184.800 metros quadrados, estendendo-se sobre a área hoje delimitada pela avenida Rio Branco e pelas ruas Santa Luzia, D. Manuel e São José. A cidade

não tardou a se espalhar, através das três ladeiras que partiam do cume do morro, em direção às planícies que o circundavam. A partir do final do século XVII, a posição abrigada da colina foi perdendo importância diante do comércio marítimo crescente, que transformou as imediações da atual praça XV de Novembro em centro administrativo e econômico do Rio colonial. As principais edificações, como a Igreja e a Fortaleza ou Castelo de São Sebastião (que deu nome ao morro), assim como as casas dos primeiros colonizadores, foram abandonadas; nas estreitas e tortuosas vielas crescia o mato, enquanto os habitantes das várzeas raramente galgavam as íngremes ladeiras da colina, cujas lembranças da antiga importância resumiam-se às procissões de São Sebastião, a cada 20 de janeiro.

É, pois, assim que se apresenta o Castelo em 1710, quando chega à cidade o corsário francês Jean-François Duclerc: um ermo sonolento, pouco habitado, avivado somente pelo complexo jesuítico — igreja e colégio. E é no colégio que alguns estudantes, liderados por Bento do Amaral Coutinho, reúnem-se para dar combate ao francês, que acaba derrotado e aprisionado numa enxovia nos subterrâneos inacianos. De lá Duclerc seria transferido para uma casa na rua da Quitanda, a 900 metros de sua cela original — e a minúcia é oportuna, porque é nessa casa vigiada, onde ele viria a ser misteriosamente assassinado, que se encontraria a entrada para um dos túneis secretos que ligariam diversos pontos da cidade aos porões jesuíticos que se estendiam sob os altares e as celas.

Se as versões folhetinescas da morte de Duclerc não ultrapassavam as fronteiras da lenda, muito real era a crença de que os jesuítas armazenavam grandes quantidades de ouro no Rio de Janeiro. Isto se confirmou no ano seguinte, quando da invasão e saque de outro francês, René Duguay-Trouin. O pirata fez alojar suas tropas no colégio, e um de seus comandados, DuPlessis-Parceau, numa memória da expedição, assim se refere aos jesuítas:

Assegura-se, contudo, que cerca da terça parte das casas da cidade lhes pertencem ... se juntarmos a tudo isso as grandes riquezas que ocultaram ... O que é certo é que três ou quatro dias depois da nossa entrada na baía fomos informados de que se armava, junto à cidade, uma espécie de bergantim ou sumaca que saiu em missão. Soubemos, depois, que o navio pertencia aos jesuítas, que o tinham carregado, por assim dizer, de ouro.⁴

Duclerc e Duguat – Trouin

Piratas franceses responsáveis por duas invasões ao Rio de Janeiro no século XVIII, uma frustrada e a outra bem-sucedida. A origem de suas investidas está no conflito entre o rei Luís XIV e os britânicos, o que ocasionou a autorização do monarca francês às expedições de corso contra os domínios ultramarinos portugueses, tradicionais aliados da Inglaterra. A atração exercida pelo ouro de Minas Gerais, o qual enriquecera o Rio de Janeiro, motivou Jean-François Duclerc, que no comando de seis navios e cerca de mil homens surgiu na barra da baía de Guanabara em agosto de 1710. Alertadas, as autoridades do Rio de Janeiro reagiram, e o fogo das fortalezas de Santa Cruz, em Niterói, e de São João, na Urca, fizeram com que Duclerc seguisse viagem e desembarcasse em Guaratiba, dirigindo-se por terra rumo ao Rio de Janeiro. Chegando ao largo do Carmo (atual praça XV de Novembro), encontraram a resistência dos habitantes, sendo derrotados. Duclerc foi aprisionado numa casa da rua da Quitanda, onde seria assassinado em circunstâncias misteriosas, enquanto aguardava ser trocado ou resgatado.

Um ano depois, quando a cidade se sentia segura e não imaginava que nova investida seria tentada, chegou a esquadra de Duguay-Trouin, com 18 navios bem armados e mais de cinco mil homens. Apesar do fogo das fortalezas, desprevenidas pelo boato de que não haveria ataque, a esquadra penetrou na baía de Guanabara e o governador foi obrigado a se render. O francês se retirou após o pagamento de vultoso resgate, encerrando um episódio que fez o governador Francisco de Castro Morais cair em desgraça.